

A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO ACOMPANHAMENTO DAS TAREFAS ESCOLARES DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

THE IMPORTANCE OF THE FAMILY MONITORING OF THE HOMEWORK OF CHILDREN WITH DISABILITIES

RHANIELLI BENELLI SILVA

Graduada em Pedagogia da UEG – CCSEH, Anápolis/GO
rhanielli.b.s@gmail.com

ELIETE NEVES DA SILVA

Docente da UEG – CCSEH, Anápolis/GO
elietensilva@gmail.com

143

Resumo: Com o intuito de investigar a importância da família no acompanhamento das tarefas escolares das crianças com deficiência, esse estudo se propôs a analisar aspectos envolvidos em tal problemática a partir da visão de um grupo de professores. Para tanto, foi realizado um estudo bibliográfico e aplicado um questionário à 5 (cinco) professores regentes de uma escola da rede municipal de educação. A partir dos dados coletados pôde-se perceber que os professores consideram válida a parceria da família no acompanhamento das tarefas escolares, entretanto, os indícios de que estas ações ocorram ainda são pífios, de modo que não compreendem a necessidade de tal assistência que pode influenciar no desenvolvimento educacional. Contudo discute-se também como é o papel do professor nessa mediação para que a família seja capaz de entender a utilidade que o Atendimento Educacional Especializado possui, sendo imprescindível para a evolução do aprendizado.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Deficiência. Escola. Família.

Abstract: With the purpose of investigating the importance of the family in the monitoring of the school tasks of children with disabilities, this study proposed to analyze aspects involved in such problematic from the perspective of a group of teachers. Therefore, a bibliographic study was carried out and a questionnaire was applied to 5 (five) regent teachers a school of municipal education. From the collected data it was possible to perceive that the teachers consider valid the partnership of the family in the monitoring of the school tasks, nonetheless, indications that such actions occur are still insignificant, so that they do not understand the need for such assistance that may influence educational development. However, it is also discussed how the role of the teacher in this mediation is so that the family is able to understand the usefulness that the Specialized Educational Assistance has and is essential for the evolution of learning.

Keywords: Inclusive Education. Deficiency. School. Family.

INTRODUÇÃO

O interesse por estudar como os professores regentes percebem a participação e colaboração dos pais e/ou responsáveis no acompanhamento das tarefas escolares dos seus filhos, surgiu da curiosidade e necessidade de conhecer se efetivamente ocorre esta parceria no processo de escolarização deste aluno, preocupação esta validada por um professor durante apresentação da Jornada: Pós-Graduação e Extensão da UnUCSEH; VIII Seminário de Pesquisa dos Professores e IX Jornada de Inscrição Científica da UnUCSEH – UEG no Campus de Ciências Socioeconômicas Humanas que ocorreu no ano de dois mil e quatorze.

No decorrer da graduação surgiu-me o questionamento: de forma geral os professores afirmam a necessidade dos pais acompanharem e colaborarem com a vida escolar dos filhos,

então, seguindo este raciocínio poderia se pensar que os alunos com deficiência precisariam de assistência e colaboração mais assídua? Por outro lado, isto efetivamente tem ocorrido no cotidiano destes alunos? Como os professores têm percebido a contribuição dos pais no acompanhamento das tarefas escolares de seus filhos?

Um pensamento difundido na sociedade é a necessidade de parceria entre a família e a escola no processo de aprendizagem dos alunos, acompanhamento das atividades escolares em contra turno deveria se tornar uma opção de estratégia de desenvolvimento da criança e caberia a família exercer esta função, reforçando o conteúdo ensinado em sala, tornando-o mais significativo. Carvalho (2004, p. 94) afirma que esse tipo de relação “pode ser considerado um componente importante do processo ensino-aprendizagem e do currículo escolar”, de modo que tal sistema de ensino objetiva ampliar o tempo e a qualidade do ensino, pois além das horas em sala de aula na instituição, ainda estaria a estudar em contra turno.

Os efeitos da colaboração da família com a escola são bem positivos, em especial quando se trata do rendimento escolar. Cavalcante (1998) afirma que no contexto escolar, a participação da família, não apenas melhora e amplia o desenvolvimento escolar, também como a própria vivência no ambiente escolar, além de transformar o ensino em sala em uma aprendizagem significativa com o ensino proposto no seio familiar.

A família é responsável pela vida e pelo desenvolvimento de suas crianças, e é por meio da família que a criança será inserida nas várias instâncias da sociedade, com o apoio da escola, espera-se uma complementaridade no desenvolvimento físico, cognitivo e emocional.

Picanço (2012) afirma que a escola e a família não deveriam viver uma sem a outra, dizendo então que uma depende da outra, pois ao almejar um maior objetivo juntas, será para um futuro melhor do aluno, e conseqüentemente da sociedade. Ademais, é importante ressaltar a união e a criação de uma aliança entre estas duas instâncias, com a finalidade de que proporcione uma forma de tornarem-se cidadãos capazes de agir em sociedade.

Acredita-se que quando a escola e a família chegam a um consenso e conseguem trabalhar juntas, o aprendizado e o desenvolvimento da criança são potencialmente maximizados. O trabalho em conjunto dos professores e pais, podem levar às buscas de novas estratégias de ensino, sejam estas específicas para cada aluno ou em conjunto para toda a sala. Portanto, ao realizar essa pesquisa, acredita-se que ela venha oferecer subsídios para a compreensão da necessidade desta parceria, assim como, compreender a importância do acompanhamento da família na educação de seu filho com deficiência, seja no espaço escolar ou familiar.

O objetivo central da pesquisa foi verificar as percepções dos professores sobre a contribuição dos pais das crianças com deficiência no acompanhamento das tarefas escolares. Tendo como objetivos específicos verificar se a família se encontra presente na vida acadêmica do filho com deficiência, identificar estratégias utilizadas pelos professores para aproximarem-se das famílias dos alunos, bem como identificar se os professores conseguem conscientizar a família sobre o potencial e possíveis dificuldades do aluno com deficiência.

Este estudo encontra-se organizado em dois itens, o primeiro retrata a teoria de base, o segundo item aborda a metodologia de pesquisa. Em seguida são apresentadas as considerações finais.

BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DA ESPECIAL NO MUNDO E NO BRASIL

Da antiguidade à atualidade, constata-se uma visão diferenciada da pessoa com deficiência, da execução sumária ao tratamento humanitário, apesar de ainda existir exemplos de discriminação, é possível verificar uma nova postura em relação às pessoas com deficiência.

Por volta de 1.500 A.C. o Egito era conhecido como a "Terra dos Cegos" por existir uma quantidade significativa de pessoas com doenças oftalmológicas como conjuntivite, catarata e glaucoma. Conforme consta no Papiro de Ebers, foi possível perceber a indicação de diversas fórmulas mágicas como tratamento para tais males (LOPES, 2013). Os egípcios com deficiência não eram isolados de seu meio, e muito menos excluídos de classes sociais, sendo possível construir sua própria família,

O povo Egípcio buscava o desenvolvimento espiritual através da tradição de ensinamentos. Neste sentido, existia um documento chamado "Instruções de Amenemope", que era tido como um código de conduta moral egípcio e que determinava que anões e deficientes em geral fossem respeitados, sendo este um dever moral (KOZMA, 2006; KOZMA et al, 2011 *apud* LOPES, 2013, p.1).

Por sua vez, os gregos na idade antiga acreditavam que o homem precisava estar apto para viver em meio à natureza, e saber sobreviver, e como Bianchetti (1995) diz qualquer pessoa com uma deficiência se tornaria um empecilho, sendo descritos como fracos e imperfeitos, onde apenas os fortes sobreviviam, havendo apenas uma espécie de seleção natural.

Os espartanos se dedicavam as guerras e a expor a beleza corporal, sempre valorizando a dança e sua estética, sendo esse seu grande objetivo. Assim, que uma criança com deficiência nascia era feito uma eugenia radical em uma fonte, apenas por este ser

humano não se encaixar em sociedade e não demonstrar uma estética propícia a perfeição. A civilização romana possuía quase a mesma visão, acreditando que uma criança com deficiência era uma monstruosidade (BIANCHETTI, 1995).

Bianchetti (1995) afirma que a partir da Idade Média em função do moralismo, a igreja católica indicava que a deficiência era decorrente dos pecados cometidos pelo indivíduo, e muitas destas foram queimadas por meio da fogueira da inquisição. Contudo, anos posteriores, a sociedade passou a enxergar tais pessoas como instrumentos de Deus para instigar a caridade, sendo assim usando da deficiência do próximo para realizar uma boa ação como o ato de dar esmola para que então pudesse estar mais próximo de sua salvação.

A partir de 1500 a deficiência passa a ser tratada como um caso médico, no entanto ainda não era possível ver a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade, nem nas escolas. O século XVI é dado como um marco inicial para com a preocupação que médicos e pedagogos que desafiaram a sociedade lutando contra os preconceitos existentes contra deficientes, passando a defender as possibilidades educacionais, passando a priori por uma educação familiar (BRANDERGURG; LÜCKMEIER, 2013).

No Brasil o atendimento educacional especial surgiu a partir de 1854, no reinado de D. Pedro II, quando fundou na cidade do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Tal instituto surgiu a partir de José Alvares de Azevedo com deficiência visual, o qual chamou muito a atenção de Couto Ferraz, conselheiro de D. Pedro II, a partir de então decretando a construção do instituto que seria inaugurado posteriormente em 17 de setembro de 1854 (MAZZOTTA, 2005).

Apresentando então uma preocupação com a educação especial, o atendimento a uns anos atrás por volta de 1857, ainda na primeira província no Brasil, com o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, após cem anos de fundação, pela Lei n. 3.198, de 6 de julho, passaria a denominar por Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Ainda durante a monarquia, o Imperador convocou o 1º Congresso de Instrução pública em 1882, o qual como um dos temas teve “*sugestão de currículo e formação de professores para cegos e surdos*” (MAZZOTTA, 2005).

Em 1890, durante o governo republicano, o chefe provisório Marechal Deodoro da Fonseca, e o ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, assinaram o Decreto n. 408, mudando o nome do instituto para Instituto Nacional dos Cegos e aprovando seu regulamento. Onde mais tarde em 1891 por meio do Decreto n. 1320, a escola muda novamente seu nome para Instituto Benjamin Constant (IBC),

em homenagem ao seu ex-professor de matemática e ex-diretor, Benjamin Constant Botelho Magalhães (MAZZOTTA, 2005).

Em 1930 a 1940 as crianças com deficiência eram descritas como um defeito genético sendo esterilizado e exterminado. No século XIX a sociedade passa a criar organizações para que pessoas deficientes pudessem receber um atendimento especializado, contudo ainda continua excluída da sociedade e das famílias, nesta mesma época surgem-se os manicômios, onde deficientes eram torturados e internados frequentemente (BRANDERGURG; LÜCKMEIER, 2013).

O nazismo na Alemanha começou o programa de eutanásia para crianças com deficiências, conhecido como “programa T4”, onde não apenas eliminaria as crianças como os adultos também, o projeto foi divulgado na época com o lema “porque Deus não quer que o doente se reproduza” (LOPES, 2013).

Em meados dos anos 50 havia quarenta instituições de ensino regular mantido pelo poder público, sendo federal e os demais estaduais fazendo atendimento escolar especializado a deficientes mentais. Possuindo ainda quatorze instituições de ensino regular, sendo uma federal, nove estaduais e quatro particulares que atendiam também alunos com outras deficiências.

Em 1961 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em seu artigo 88 reafirma o direito de integração dos excepcionais à educação, deve-se integrá-los na comunidade, sua educação deverá se enquadrar no sistema geral da educação, o qual Mazzotta (2005) interpreta que a educação dos excepcionais deveria suceder utilizando os mesmos meios que a sociedade em geral, possibilitando a realização por meio de serviços educacionais especiais, quando a situação não for possível.

Em 1973, é criado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) o Centro Nacional de Educação Especial, o qual tem a responsabilidade de gerenciar a educação especial no Brasil. Nesta mesma época, ainda perpetua a concepção de políticas especiais, não efetivando uma política pública de forma universal a atender todos os âmbitos da educação (BRASIL, 2010).

No dia 09 de dezembro de 1975, foi aprovada a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, o qual possuía como objetivo assegurar a utilização deste como base comum de referência para a proteção dos direitos a defesa do termo “pessoas deficientes”, de utilização de qualquer e todo direito estabelecido pela Declaração, de respeito por sua dignidade humana, tendo os mesmos direitos

civis e políticos como qualquer outro ser, dentre outros direitos citados no documento (BRASIL, 1975).

Na Constituição Federal de 1988 foi possível oficializar a oferta de um entendimento educacional especializado para educandos deficientes, sendo oferecido não apenas em escolas particulares como também nas escolas públicas, e estabelece a Educação Especial como uma categoria de educação.

Em 1994 foi realizada a Declaração de Salamanca, tratava sobre os princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Bueno (1999) dirá que a Declaração de Salamanca defendia que apenas colocando os alunos em uma sala de aula, como se fosse num passe de mágica, os problemas se resolveriam, como se não precisasse de um atendimento especializado, apenas no intuito de garantir-lhe a democratização do acesso à educação.

No dia 9 de setembro de 1999, foi aprovada a Carta para o Terceiro Milênio, pela Grã-Bretanha, por meio da Assembleia Governativa de Reabilitação Internacional, tendo como propósito fazer valer os direitos humanos de cada pessoa em qualquer sociedade de modo que sejam reconhecidos e protegidos (BRASIL, 1999).

Na Constituição Federal de 1988, no art. 208, inciso III, com relação ao Atendimento Educacional Especializado, ela deve estar acessível a todos os níveis de ensino escolar, dando preferência às escolas comuns, sem ser especializada. (FÁVERO, PANTOJA e MANTOAN, 2007, p. 26).

Em setembro de 2001 foi aprovada pelo Congresso Internacional “Sociedade Inclusiva” a Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão, o qual foi convocado pelo Conselho Canadense de Reabilitação e Trabalho, tendo como objetivo o de “identificar e implementar soluções de estilo de vida que sejam sustentáveis, seguras, acessíveis, adquiríveis e úteis” (BRASIL, 2001).

Em 2007 houve a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o qual garantem o monitoramento e cumprimento das obrigações do Estado, “foram redigidos cinquenta artigos que tratam os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, revestidos com tudo que se faz indispensável para a emancipação desses cidadãos” (BRASIL, 2007).

CONCEITO DE DEFICIÊNCIA NA ATUALIDADE

Uma questão instigante é a de como se referir às pessoas com deficiência, Sasaki (2003) faz uma linha histórica das terminologias que foram surgindo. Em tempos antigos, eram chamados de inválidos, eram considerados como socialmente inúteis, um peso morto para a sociedade, um fardo para a família, alguém sem valor profissional; com o passar das décadas foram denominados de incapacitados até por volta dos anos de 1960, o termo significava, de início, “indivíduos sem capacidade” e, mais tarde, evoluiu e passou a significar “indivíduos com capacidade residual”. Por volta de 1960 até 1980, os defeituosos, os deficientes e os excepcionais.

De 1981 até por volta de 1987, a terminologia adotada foi “pessoas deficientes”, em decorrência da pressão das organizações de pessoas com deficiência, a ONU deu o nome de “Ano Internacional das Pessoas Deficientes” ao ano de 1981. Entre 1988 e 1993, alguns líderes de organizações de pessoas com deficiência contestaram o termo “pessoa deficiente” alegando que ele sinaliza que a pessoa inteira é deficiente, o que era inaceitável para eles, então, passou-se a utilizar “Pessoas portadoras de deficiência”. Contudo, a partir da década de 1990 até os dias atuais, pode-se encontrar as terminologias: “Pessoas com necessidades especiais”, “Pessoas especiais” e “Pessoas com deficiência”

Atualmente, “Pessoas com deficiência” passam a ser o termo preferido por um número cada vez maior de adeptos, boa parte dos quais é constituída por pessoas com deficiência que, no maior evento (“Encontrão”) das organizações de pessoas com deficiência, realizado no Recife em 2000, conclamaram o público a adotar este termo (SASSAKI, 2003).

De acordo com Sasaki (2003) o nome adotado, hoje, é pessoa com deficiência, e é proveniente de debates mundiais, e que a Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência o qual foi adotada pela ONU em 2006, retifica por meio da lei nacional de todos os Países-Membros. No Brasil essa lei foi adotada com equivalência a emenda constitucional, com o Decreto Legislativo n. 186, de 9/7/08, do Congresso Nacional.

Os princípios a esta denominação se baseiam por não esconder à deficiência que a pessoa tem, por valorizar as diferenças e necessidades de cada deficiência, o combate ao eufemismo (a busca de amenizar as diferenças), a defesa da igualdade entre pessoas com deficiência e pessoas denominadas normais e identificar por meio das diferenças os direitos, buscando medidas específicas para o Estado (SASSAKI, 2003).

A Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência define a pessoa com deficiência como aquela que contenha “impedimentos de longo prazo de natureza

física, mental, intelectual ou sensorial” (BRASIL, 2012), essas pessoas possuem diversos obstáculos, seja em seu psicológico ou socialmente, o que pode ocasionar em uma má participação na sociedade no que se refere à igualdade de suas condições com as demais pessoas.

Considera-se deficiência desde que se possuam impedimentos visuais, auditivos, mentais e motores, possuindo também variações no grau da deficiência. O Decreto n. 3298/99 o qual regulamenta a Lei 7853/89, que descreve a deficiência como uma perda total de sua função psicológica, fisiológica ou anatômica que ocasione em uma incapacidade para a realização de uma atividade, a Deficiência Permanente é a que se ocorre em um período que mesmo com tratamentos é irreduzível e a incapacidade é uma redução efetiva, o qual o deficiente precisa de equipamentos e adaptações de seu contexto social (MAZZOTTA, 1990; BATTISTELLA, 2011).

INCLUSÃO SOCIAL DE DEFICIENTES

Deve-se entender que a inclusão diz respeito a todos os alunos, pois os que estão inseridos em um contexto regular de ensino têm o mesmo direito à educação de qualidade. Um dos grandes desafios da inclusão de crianças com deficiência é a integração delas como cidadãs, de modo a se tornarem independentes quando adultos.

Tratando-se de inclusão, também se torna importante falar o que seria uma exclusão. O educando com deficiência são denominados como aqueles que não fazem parte do grupo, os que não aprendem. Pode-se então, chamar esses mesmos educandos de “alunos com exclusão”. Muitos educadores usam expressões que se referem a preconceito, fazendo, assim, com que se sinta excluído de uma educação.

Com o intuito de se efetivar a inclusão é necessário garantir a aprendizagem de todos os acadêmicos na escola regular, bem como é preciso fortalecer a formação dos professores e criar uma boa rede de apoio entre discentes, docentes, gestores escolares e famílias. A Educação Inclusiva abrange a educação especial dentro da escola regular e a transforma em um espaço que pode ser ocupado por todos, incluindo e favorecendo a diversidade, já que considera que todos os estudantes podem apresentar necessidades especiais em algum momento da vida escolar (ALONSO, 2013).

Segundo Bueno (1999) os professores de Educação Especial, ao trabalharem em conjunto com os do ensino regular, demonstram que as dificuldades do aluno com deficiência

precisam ser encaradas com mais especificidade, considerando-se, que suas dificuldades são sempre superiores às dos demais alunos, caracterizando sempre a diferença entre eles.

Outro ponto a ser reforçado e que parece afetar a educação inclusiva, é o fato de que as escolas públicas como também as privadas, não têm uma infraestrutura adequada para desenvolver projetos inclusivos, o que pode gerar um grande problema para o desenvolvimento global desses alunos com deficiência.

De acordo com Mazzotta (2005), a inclusão consiste na convivência respeitosa de uns com os outros, sendo ela essencial para que cada indivíduo possa se constituir como pessoa ou sujeito e, assim, não venha a ser meramente equiparado a qualquer coisa ou objeto. Dessa forma, permite-se ao indivíduo ressignificar suas relações dentro da escola, uma vez que as práticas inclusivas implicam no reconhecimento da diversidade e permitem agir em direção a mais ampla igualdade de oportunidades, possibilitando ao sujeito uma participação ativa e seu acesso a todos os âmbitos da sociedade.

Entende-se, que a escola deve se adaptar às necessidades de seus alunos, de modo que venha a oferecer-lhes diferentes meios de aprendizagem e avaliação, garantindo assim, que nenhum aluno venha a sofrer exclusão. Logo, para que o processo educacional excludente seja revertido, é preciso que o papel da escola também pense em uma reformulação, buscando uma educação justa. A educação inclusiva só será concretizada se avaliar as reais condições que possibilitam uma inclusão gradativa e contínua, sistemática e planejada de alunos com deficiências educativas especiais nos sistemas de ensino.

O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Historicamente a função do professor surge no Brasil com os Jesuítas, que tinham como objetivo principal a catequese. Apenas no século XIX se consolida uma imagem do professor, sendo na primeira metade do século XIX, com professores do sexo masculino, em redes particulares, religiosas e no ensino primário, contudo só a partir de 1960 que as mulheres começam a chegar às escolas como estudantes e posteriormente com muitas conquistas como docentes (SILVA, ARRUDA, 2014).

A docência feminina ganha força a partir da ideia de que o instinto materno seria um aliado na execução do papel da função, acredita-se que a mulher é a que está melhor preparada para ser professora por ser mais cuidadosa e atenciosa com as crianças, assim a sociedade utiliza desta premissa para criar e reforçar a ideia de relações afetivas entre docente

e discente, ficando estabelecido como requisito para que o aprendizado se fortaleça (SILVA, ARRUDA, 2014).

Silva e Arruda (2014, p. 4) afirmam, que a construção do saber se dá por meio de planejamentos, o “professor tem que pensar no que ele está preparando e para quem ele está preparando as mesmas, para que depois não venha a se frustrar, então ele terá que repensar sobre o seu planejamento e aplicar um olhar diferente sobre o seu trabalho”.

Considerando os aspectos das relações interpessoais, um professor de sala regular não é muito diferente de um professor de alunos com deficiência, onde cada um busca um respeito mútuo entre os alunos, proporcionando uma sala criativa e diversa, de modo a oportunizar a participação das atividades adaptadas para alunos com deficiência (SILVA, ARRUDA, 2014).

Segundo Silva e Arruda (2014) o professor possui vários desafios em referência a sua in experiência sobre as práticas pedagógicas com alunos com deficiência, o que exige do docente uma capacidade de adaptação e organização perante as situações diferenciadas no processo de ensino aprendizagem.

Perante tais situações e da demanda de pessoas com deficiência surge à necessidade de uma formação voltada a educação inclusiva. No Brasil essa importância ficou estabelecida por meio da Portaria Ministerial nº 1793, em que reconhecia a necessidade de uma complementação curricular na formação de professores, bem como entre outros profissionais da escola, dando-se por “recomendada a inclusão de disciplina específica focalizando aspectos ético-político-educacionais relativos às pessoas com necessidades especiais”, priorizando os cursos de Pedagogia, Psicologia além de outras licenciaturas (MARTINS, 2012, p. 29).

É possível, então, perceber a preocupação em capacitar o professor, para que ele saiba lidar e ensinar de maneira mais adequada com alunos com deficiência, o papel do professor acaba tendo como realce a necessidade de criar estratégias de estreitamento de vínculo com o aluno, acredita-se que por meio deste vínculo fortalecido ocorra a construção do conhecimento, e ao ter um ou mais alunos com deficiências na sala de aula, o professor necessita estar preparado para entender as potencialidades e limitações destas pessoas, visando um olhar ampliado e diferenciado por parte do professor (SILVA, ARRUDA, 2014).

Dito esta necessidade de um docente capacitado a LDB nº 9.394/96 define que alunos com deficiência têm o direito de ter “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (BRASIL, 1996).

Entretanto a LDB de 1961 se restringe apenas a capacitação, e o que nota-se é um despreparo do professor não está relacionado apenas em razão da sua própria formação, como também pela sua falta de experiência, sendo que no curso superior aprendeu a lidar com a teoria, não tendo muito acesso as práticas pedagógicas e muito menos aprendendo a relacionar as duas, menos ainda a uma educação inclusiva, entretanto na atualidade necessita-se de um professor que seja capaz de se organizar em situações de aprendizagem, de modo a considerar a diversidade entre os alunos (SILVA, ARRUDA, 2014).

Silva e Arruda (2014) afirmam que cabe ao professor ser o mediador e provedor de um ensino igualitário sem desigualdades, sem diferenciação de um aluno para o outro, tentando minimizar isso o máximo possível, sendo importante também respeitar tais diferenças entre os próprios alunos.

No entanto ainda há muito que ser feito, pois a formação de um professor não é adequada para trabalhar com a inclusão, de modo que sua pedagogia em que aprende nas instituições de curso superior visa a diversidade ao todo, mas que acaba por ser um auxílio ao que se refere a educação especial, necessitando assim de uma adaptação, além de uma formação continuada para a área especificamente (SILVA, ARRUDA, 2014).

Segundo Silva e Arruda (2014) um dos auxílios ao professor em suas práticas pedagógicas é o Atendimento Educacional Especializado (AEE) em que visa modificar e atender as exigências de uma educação igual a todos.

O PAPEL DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva integra a educação especial como uma de suas práticas pedagógicas, de modo a promover o Atendimento Educacional Especializado (AEE), em que de acordo com o Decreto nº 6571, de 17 de setembro de 2008, declara que a proposta deve integrar a própria proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

O AEE possui como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos além de promover a acessibilidade que eliminam as barreiras para a plena participação dos alunos (BRASIL, 2009).

O MEC (BRASIL, 2009) ainda disponibiliza em que ambiente o AEE deve ser realizado, sendo esse disponibilizado pela escola, na Sala de Recursos Multifuncionais, ou em outra sala da mesma, podendo ser realizado não apenas na própria escola, como também em

algum centro de atendimento educacional especializado público ou privado sem fins lucrativos, conveniado com a Secretaria de Educação.

Garcia, Daguiel e Francisco (2009), relata quais os objetivos do AEE:

Trabalhar as reais necessidades dos alunos, respeitando os ritmos e estilos diversos de aprendizagem, facilitando o processo de inclusão.

Desenvolver a autonomia dos alunos facilitando a aquisição de seus sistemas de valores

Favorecer a compreensão de conhecimentos relacionados a aplicação de situações de vida.

Contribuir para o desenvolvimento das potencialidades de cada aluno

Desenvolver o auto conhecimento na expressão das emoções

Favorecer o desenvolvimento de habilidades inter e intrapessoais, disponibilidade permanente para aprender, desejo de vir a ser livre e feliz, facilitando a caminhada ao saber.

Contribuir para que o aluno construa gradualmente os seus conhecimentos, pelos processos de avanços e recuos inerentes ao seu próprio ritmo, evoluindo a cada passo (GARCIA, DAGUIEL e FRANCISCO, 2009, p. 2).

Considera-se um público alvo para o AEE alunos com deficiência, sendo esses os que possuem impedimentos físicos, intelectuais, mentais ou sensoriais, alunos também com transtornos globais do desenvolvimento seja neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, a comunicação ou estereotípias motoras, e alunos com altas habilidades ou superdotação, sendo esses discentes que apresentam um potencial elevado da grande maioria (INEP, 2011).

O professor do AEE necessita de uma especialização inicial de modo que possa se habilitar para a prática de tal exercício da docência e formação específica na educação especial, sendo incumbido ao profissional para que seja capaz de:

- a. Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da educação especial;
- b. Elaborar e executar plano de atendimento educacional especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- c. Organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncional;
- d. Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escolar;
- e. Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- f. Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- g. Ensinar e usar recursos de Tecnologia Assistiva, tais como: as tecnologias da informação e comunicação, a comunicação alternativa e aumentativa, a informática acessível, o soroban, os recursos ópticos e não ópticos, os softwares específicos, os códigos e linguagens, as atividades de orientação e mobilidade entre outros; de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia, atividade e participação.
- h. Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando a disponibilidade dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e

das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

- i. Promover atividades e espaços de participação da família e a interface com os serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros (BRASIL, 2009, p. 4)

O documento apresentado discorre sobre quais as capacidades que o professor de AEE necessita, pode-se perceber como este ensino precisa de um amplo saber, sendo capaz de dar um espaço para a família nas atividades escolares do discente, dando-lhes consciência da necessidade que o aluno precisa.

155

Através dos papéis estabelecidos pelos professores, percebe-se que a escola tem o papel de socializar o conhecimento e as relações. Ela precisa promover um espaço educativo propícios aos riscos de acertar e errar, de levantar hipóteses, de discorrer o pensamento, enfim um espaço de aprendizagem. Torna se, portanto, fundamental o grupo, as trocas e as diferenças.

O PAPEL DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR.

De acordo com Bock, Furtado e Teixeira (1999, p. 238), o grupo familiar tem uma função social determinada a partir das necessidades sociais, sendo que entre suas funções está, principalmente, o dever de garantir o provimento das crianças para que possam exercer futuramente atividades produtivas, bem como o dever de educá-las para que “tenham uma moral e valores compatíveis com a cultura em que vivem”.

Quando se discute sobre o assunto de qual o papel da família, depara-se com algumas dúvidas, Paro (2007) diz que uma dessas dúvidas decorre pelo motivo de que algumas famílias alegam que a função de ensinar cai sobre a escola, de modo que a família por não ter um encargo profissional na área não se sente capaz de ensinar a criança em casa.

Torna-se imprescindível que a família continue a reforçar a educação dada na escola, mas que não se esqueça de proporcionar tratamento afetuoso, pois muitos responsáveis quando chamados pelos professores à escola dizem que iram bater, colocar de castigo, isso acaba por distorcer o que o aluno necessita que fosse o acompanhamento do familiar em seu ensino em casa (PARO, 2007).

Santos, Santos e Oliveira (2013) afirmam que a família é indispensável no processo educacional do discente, pois é neste meio que a criança passou sua infância até chegar a escola, e é onde passa maior parte do seu tempo, tal atribuição de acompanhamento das atividades escolares era a priori como um dos papéis direcionados a mãe do aluno. Desta

forma, constata-se a necessidade do acompanhamento da família nas atividades escolares e ao que se refere a uma criança com deficiência, essa cooperação dos responsáveis é mais reivindicada, pois é o que auxiliaria na definição do seu avanço educacional.

Segundo Santos, Santos e Oliveira (2013), o desafio das famílias de crianças com deficiência já começa no ato da matrícula, pois outras famílias com crianças denominadas “normais” acreditam que seus filhos ficarão prejudicados, por outro lado, algumas instituições escolares temem a evasão de seus alunos por tal motivo.

O processo de inclusão deve começar pela própria família, necessitando ter uma boa interação com a escola, o que pode representar algo positivo na inclusão do aluno, pois sendo estes responsáveis pela educação, lhes ensinando seus conhecimentos. Alunos com deficiência podem necessitar de um incentivo maior, além de uma atenção especial para que sejam capazes de vencer os possíveis obstáculos que poderão surgir ao que se refere à aprendizagem, mas para isso é necessário que a escola e a família possuam uma relação estável de parceria (SANTOS, SANTOS, OLIVEIRA, 2013).

De acordo com Paro (2007), os professores se sentem preocupados, pois não basta solicitar a ajuda dos pais, é preciso orientá-los da melhor forma. O que poderia ser realizado através de orientações, por exemplo, como são realizadas as atividades escolares, contando histórias para a criança, além de pedir à criança para ler.

Paro (2007) relata que a escola possui muita dificuldade em atrair as famílias dos alunos para o espaço escolar, pois muitas famílias se ausentam das reuniões escolares, ou nem procuram saber sobre a criança. Entretanto, este pesquisador ressalta que ainda existem famílias que procuram saber o que podem fazer e que acreditam que eles são o espelho para o filho, são o exemplo para ele, sendo importante uma ligação entre o professor e a família, de modo a participar das reuniões.

Assim, a função da família e da escola complementa-se na construção de um ser humano mais participativo e mais consciente. As relações entre a escola e a família têm se modificado muito nos últimos anos, passando por períodos de rápidas mudanças. A escola mudou, a família e a sociedade estão em constantes mudanças.

Picanço (2012, p. 37) ao citar Diogo (1998) ela define o que é o seio familiar, e sua importância para a criança:

A família, espaço educativo por excelência, é vulgarmente considerada o núcleo central do desenvolvimento moral, cognitivo e afetivo, no qual se “criam” e “educam” as crianças, ao proporcionar os contextos educativos indispensáveis para cimentar a tarefa de construção de uma existência própria. Lugar em que as pessoas se encontram e convivem, a família é também o espaço histórico e simbólico do qual

se desenvolve a divisão do trabalho, dos espaços, das competências, dos valores, dos destinos pessoais de homens e mulheres. A família revela-se, portanto, um espaço privilegiado de construção social da realidade em que, através das relações entre os seus membros, os factos do quotidiano individual recebem o seu significado.

Ainda na linha de pensamento de Picanço (2012) ela acredita que a instituição escolar vai além de um lugar que é ministrado o conhecimento, mas que também é um ambiente para dar continuidade a aprendizagem que é construída em casa. Onde o educador necessita ingressar no contexto que o aluno está inserido, interagindo com seu saber partindo de sua globalidade.

157

A necessidade de se construir uma relação entre escola e família, deve ser para planejar, estabelecer compromissos e acordos mínimos para que o educando/filho tenha uma educação com qualidade tanto em casa quanto na escola (PICANÇO, 2012, p. 15).

O procedimento educativo da família acaba variando por causa de sua origem e cultura, como também os papéis atribuídos aos membros da família, a maneira como a família se relaciona em seu âmbito familiar é o que interfere na aprendizagem (PICANÇO, 2012).

Mediante o exposto até aqui, pode-se entender que tanto a família quanto a escola devem viabilizar relações pautadas na afetividade e no adequado desempenho de papéis. As crianças, independente de possuírem uma deficiência ao viverem ora como aluno, ora como filho, aprendem as normas sociais e éticas e compreendem o seu lugar no mundo. Se os adultos se eximirem da sua tarefa educativa, a criança encontrará dificuldades na construção do ser “sujeito” e dificilmente entenderá o mundo e seu funcionamento. Desta forma, podemos pensar que os papéis da família e do professor são distintos, possivelmente o que uma família tem que fazer nenhuma escola consegue substituir, por melhor que seja; o que a escola tem que fazer as famílias não conseguem, mesmo sendo educadoras.

A ABORDAGEM DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada por meio de procedimentos qualitativos, possibilitando a aquisição de dados que contribuíssem para a cientificidade da investigação. Para Triviños (2008) a pesquisa qualitativa caracteriza-se por descrever, analisar e interpretar os dados.

Lüdke e André (2013, p 11) ao citar Bogdan e Biklen (1982), afirmam que a pesquisa qualitativa possui cinco características, sendo estas:

1. A pesquisa qualitativa possui um ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como principal instrumento;
2. Os dados coletados são predominantemente descritivos;
3. Há uma preocupação maior com o processo do que com o produto;

4. O Significado que as pessoas dão aos objetos e a si mesma, são os focos de maior atenção;
5. A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo.

A pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos, em que foram coletados pelo próprio pesquisador, de modo que há uma preocupação em todo o processo, para uma maior efetivação da pesquisa.

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, constituída principalmente de livros e artigos científicos e, posteriormente, a elaboração de um questionário.

Gil (2002) afirma que os livros para referências bibliográficas, são denominados também como livros de consulta, pois possuem o objetivo de uma obtenção rápida de informações, ou até mesmo proporciona uma nova obra a ser pesquisada. Bem como as publicações periódicas também conhecidas como revistas e jornais representam nos tempos atuais uma das mais importantes fontes bibliográficas.

Para a coleta de dados foi construído um questionário com questões abertas sobre o perfil do professor e questões direcionadas ao tema pesquisado.

PROCEDIMENTOS E RESULTADOS DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada em uma Escola Municipal, localizada na região periférica da cidade de Anápolis, foram selecionados 05 (cinco) professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental que possuem alunos com deficiência em suas salas.

As professoras foram denominadas como P1, P2, P3, P4 e P5, afim de manter o anonimato das mulheres. Na aplicação do questionário não foi possível estar presente enquanto preenchiam por falta de tempo dos mesmos, foi deixado o questionário as 13:30 e pego de volta as 17:30, de modo que pudessem responder no momento que tivessem como responder com a autorização da escola e a livre espontaneidade das professoras em participar da pesquisa.

ANÁLISE DO PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Ao realizar a aplicação de questionários, primeiramente buscou-se conhecer o perfil destes professores e, em seguida, suas respostas direcionadas ao tema. Abaixo será descrito estas análises.

Dos 05 (cinco) entrevistados todos são do sexo feminino, a idade média dos professores regentes é de 43 anos e tempo médio como docente de 12 anos. Todas as professoras possuem graduação em Pedagogia, além de possuírem pós-graduações.

- Professora 1: Pós-Graduação em Métodos e Técnicas de Ensino, Gestão Educacional, e possui minicursos e palestras direcionadas a educação inclusiva;
- Professora 2: Pós-Graduação em Educação Inclusiva e cursos de Formação Continuada em Educação Inclusiva realizados no CEFOPE (Centro de Formação Continuada dos Profissionais da Educação) e CEMAD (Centro Municipal de Apoio à Diversidade).
- Professora 3: Pós-Graduação em Administração Escolar e Educação Infantil;
- Professora 4: Pós-Graduação em Inclusão no AEE, e possui curso na área da educação inclusiva;
- Professora 5: Pós-Graduação em Educação Infantil e Psicopedagogia, e minicursos de capacitação e pela APOGEU.

ANÁLISE DAS QUESTÕES SOBRE O TEMA

Em relação à Questão 1: "*Experiência com alunos com deficiência*". Todas as professoras entrevistadas responderam que "sim".

A Questão 2: "*Você acredita que os alunos com deficiência precisam de maior assistência e colaboração mais assídua nas atividades para casa por parte da família?*" *Justifique*. Todas as professoras afirmaram que "sim", a Professora 1 justifica da seguinte forma: "somente o professor regente não consegue suprir as necessidades do aluno especial dependendo de suas necessidades"; a Professora 2 diz acreditar "que o contato família e o reforço nas atividades dadas em sala de aula farão com que o aluno compreenda com mais facilidade o conteúdo; a Professora 3 fala que "eles são muito dependentes e precisam de apoio da escola e família"; a Professora 4 afirma que "a criança especial precisa de atendimento adequado as suas necessidades e socializar com outras crianças normais" e a Professora 5 diz que "a criança especial requer uma atenção maior, tanto da família quanto da escola. Como professora sinto a ausência da família".

Santos, Santos e Oliveira (2013) afirmam que para uma criança com deficiência a participação da família é o que determinara o avanço educacional da criança, devendo ser

entendidos com mediadores desse processor de inclusão escolar, de modo a não visar apenas o seu convívio social, mas também o desenvolvimento educacional.

Com relação à Questão 3: "*Se a resposta acima é afirmativa, isto efetivamente tem ocorrido no cotidiano destes alunos?*" As Professoras 2, 4 e 5 responderam que "sim", e a Professora 3, disse que isto é relativo, pois já teve responsáveis bem presentes, que buscavam uma vida melhor para os discentes, e também outros que não ajudavam em nada. A Professora 1, disse que "não", dizendo que "os pais levam para a escola como horário de descanso para eles, como se estivessem livres por algumas horas do problema", acrescenta ainda, que a maioria dos alunos com deficiência na rede municipal não tem um cuidador quem dirá um com capacitação específica em inclusão. Paro (2007) afirma que a família é relevante para o desenvolvimento educacional do aluno, de modo a reforçar o ensino da escola.

Na Questão 4: "*A família encontra-se ciente das atividades escolares desenvolvidas por você?*". Duas professoras (Professora 1 e 3) - disseram "sim", e 3 professoras afirmaram (Professoras 2, 4 e 5) que "não" ou "nem sempre", a Professora 4 ao responder que nem sempre isso ocorre, justifica dizendo que "às vezes a família não tem consciência da necessidade da criança e outras vezes polpa a criança das atividades designada a elas", já a Professora 5 ao afirmar negativamente justificou dizendo que as atividades são anexadas em um portfólio da escola.

Para Paro (2007) a escola ainda possui dificuldade em atrair as famílias para o ambiente escolar, entretanto ainda existem algumas que buscam e acreditam que elas são a base para a formação do aluno.

Sobre a Questão 5: "*Quais indícios você apresenta sobre a participação, ou não participação, de pais e responsáveis no acompanhamento do processo de aprendizagem de seus filhos*", a Professora 1 afirma que são "pouquíssimos, os pais são muito desinteressados a maioria sequer faz um acompanhamento paralelo com outros especialistas", a Professora 2 diz que os responsáveis "não respondem aos chamados e nem verificam recados da agenda. Não participam de reunião de pais" e ainda afirma que quando lhe é entregue um recado oralmente, não faz nem menção de retorná-lo. A Professora 3 diz que "a participação dos pais faz uma diferença enorme no desenvolvimento dos filhos", a Professora 4 relata que "quando à família participa ativamente do processo de aprendizagem (seja os objetivos a ser alcançados) há uma mudança significativa e positiva" e a Professora 5 diz que "a aluna falta bastante e já reprovou por falta".

Segundo Santos, Santos e Oliveira (2013) os pais precisam manter uma interação boa com a escola, pois são os pais que são capazes de incentivar e podem dar atenção à criança de modo que possam vencer as dificuldades de aprendizagem que muitas vezes os levam a desistir de estudar, os pais devem ver a escola como uma oportunidade de crescimento educativo para seus filhos.

Na Questão 6: "*Quais estratégias você utiliza para aproximar e sensibilizar os pais sobre a importância da estimulação nas tarefas escolares?*". Quatro professoras (Professora 1, 2, 4 e 5) afirmaram que usam por meio de recados, orientações nas atividades escolares, e a Professora 3 ressaltou apenas a importância de um trabalho em conjunto do professor, aluno e responsáveis, a fim de obterem um resultado.

Paro (2007) diz que além de solicitar o auxílio da família ainda é necessário orientar, de modo a coordenar como devem ser feitas as atividades escolares, entre outras atividades que poderiam contribuir para o aprendizado.

Com relação à Questão 7: "*Você trabalha em conjunto com o AEE? Se afirmativo como se constitui esta relação?*" Apenas a Professora 3 afirmou que "sim", dizendo que sempre trocam ideias, e debatem as dificuldades e como podem fazer para que a criança avance, e três professoras (Professoras 2, 4 e 5) responderam que "não", a Professora 1 afirmou que os alunos são encaminhados ao AEE, mas que ela própria não possui um retorno.

Silva e Arruda (2014) afirmam que é de "extrema importância que o AEE assuma um compromisso não só com as pessoas, mas com o sistema educacional e principalmente com a sua vida profissional", que o professor do AEE seja capaz de atender a necessidade de cada ambiente integrado, entretanto ainda há que é falho e está longe de que possua uma prática pedagógica de acordo.

Sobre a Questão 8: "*O Professor de AEE oferece sugestões para serem aplicadas em sala de aula?*". Três professores (Professora 1, 3 e 4) responderam "sim" e uma (Professora 5) respondeu "não", a Professora 2 ressaltou que as sugestões que lhes são encaminhadas acontecem de dois em dois meses, por meio de atividades xerocopiadas.

Segundo Silva e Arruda (2014) afirmam que o AEE precisa trabalhar em conjunto com a escola de forma que possam construir um planejamento para que tenham um andamento no aprendizado do aluno, de modo que esse atendimento não substitua a escolarização, mas que complemente a sua formação enquanto educando.

A Questão 9: "*A família possui consciência (conhecimento) da necessidade do AEE no desenvolvimento cognitivo, afetivo e social do aluno?*" Três professoras afirmaram que "sim", e apenas duas disseram que "não".

Para Santos, Santos e Oliveira (2013) os pais devem compreender que a escola é como uma oportunidade de crescimento, e que precisam ter consciência de que a instituição escolhida deve possuir condições de receber a criança com deficiência, de como deve haver um respeito recíproco entre os profissionais e a família, de modo que a função dele seja entendida de acordo com a necessidade do educando.

A partir das respostas coletadas pôde-se perceber que os professores consideram muito válido a parceria dos pais no acompanhamento das tarefas escolares, entretanto, os indícios de que estas ações ocorram ainda são pífios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema pesquisado torna-se instigante e faz-se relevante, tendo em vista a atualidade do debate referente às questões levantadas, a análise dos dados foi de suma importância, de modo que podemos constatar a importância do apoio da família em relação ao acompanhamento das tarefas escolares, o que nos leva a crer que o que foi pontuado pelos pesquisadores no corpo teórico deste estudo vai de encontro com as percepções dos professores participantes desta pesquisa.

Retornando a problemática de como é a percepção dos professores sobre a contribuição da família no acompanhamento das tarefas escolares das crianças com deficiência? Evidenciou-se, neste estudo, a importância que estes professores atribuem ao acompanhamento das tarefas realizadas pelos familiares, foi possível notar, também, que apesar de os professores acreditarem nessa cooperação, ainda existe uma ausência muito grande por parte da família neste processo. Assim, eles reforçam como positivo a colaboração da família quando se trata de rendimento escolar, melhorando e ampliando o desenvolvimento do aluno.

Ainda, pôde-se verificar que existem falhas na comunicação e interação da equipe escolar, o que poderia ser amenizado com um trabalho de orientação e capacitação a todos os educadores da escola pesquisada.

Para obter uma educação inclusiva, cabe a cada um que está inserido na sociedade analisar suas posturas, abolir qualquer forma de discriminação, auxiliar na eliminação das barreiras que impedem um modelo de inclusão verdadeiro. É a partir da mudança da sociedade em si que a educação inclusiva ganha espaço e começa a se concretizar de forma mais forte no contexto escolar. É necessário, assim, que os professores sejam capazes de analisar e refletir o processo pedagógico de forma ampla e abrangente.

REFERÊNCIAS

ALONSO, D. Os desafios da Educação Inclusiva: foco nas redes de apoio. **Revista Escola** (On Line). 2013. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/palavra-especialista-desafios-educacao-inclusiva-foco-redes-apoio-734436.shtml>>. Acesso em: 10/11/2016.

BATTISTELLA, L. R. **Conceito de Deficiência segundo a Convenção da ONU e os critérios da CIF**. São Paulo – Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <<http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/274.pdf>>. Acesso em: 28/05/2016.

BIANCHETTI, L. Aspectos históricos da Educação Especial. **Revista Brasileira de Educação Especial**. 1995. Disponível em: <http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista3numero1pdf/r3_art01.pdf>. Acesso em: 20/05/2016.

BOCK, A. M.; FURTADO, O.; TEXEIRA, M. de L. **Psicologias: Uma Introdução ao Estudo de Psicologia**. São Paulo (SP): Saraiva, 2001.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S.K.. **Qualitative Research for education**. Boston, Allyn and Bacon, Inc., 1982

BRASIL. **Carta para o Terceiro Milênio**. 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/carta_milenio.pdf>. Acessado em: 27/11/2016.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <<https://www.mpes.mp.br/Arquivos/Anexos/03fe25bf-f2c9-459a-bee2-f00c1b0b2a0e.pdf>>. Acesso em: 10/11/2016.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008; decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. – 4ª ed., rev. e atual. Brasília : Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2012.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília, 2007.

BRASIL. **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes**. Resolução aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 09/12/75. 1975. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf>. Acesso em: 27/11/2016.

BRASIL. **Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão**. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_inclu.pdf>. Acesso em: 27/11/2016.

BRASIL. Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. 4ª Ed., rev. e atual. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Resolução CNE/CEB 4/2009**. Institui Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. MEC/Brasília. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília : Secretaria de Educação Especial, 2010. 73 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6726-marcos-politicos-legais&Itemid=30192>. Acesso em: 27/11/2016.

BUENO, J. G. S. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? **Revista Brasileira de Educação Especial**, 1999. Disponível em: <http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista5numero1pdf/r5_art01.pdf>. Acesso em: 11/06/2016.

CAVALCANTE, R. S. C. Colaboração entre pais e escola: educação abrangente. **Psicol. Esc. Educ. (Impr.)**, Campinas , v. 2, n. 2, p. 153-160, 1998 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85571998000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15/06/2016.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Escola como extensão da escola?** O dever de casa e as relações família-escola, nº 25. Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação, Paraíba, 2004.

DIOGO, J. **Parceria Escola-Família**: a caminho de uma educação participada. Porto, Porto Editora. 1998.

FÁVERO, E. A. G.; PANTOJA, L. M. P. e MONTAAN, M. T. E.. **Atendimento Educacional Especializado**: Aspectos legais e Orientações pedagógicas. Brasília (DF): MEC/SESP, 2007.

GARCIA, A. D.; DAGUIEL, F. G. N.; FRANCISCO, F. P. S. **Atendimento Educacional Especializado (AEE)**. 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Educação Inclusiva e Atendimento Educacional Especializado**. Brasília: 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/educacenso/duvidas-educacao-especial>>. Acesso em: 27/11/2016.

LOPES, Gustavo Casimiro. O preconceito contra o deficiente ao longo da história. EFDeportes.com, **Revista Digital**, Buenos Aires, ano 17, nº 176, janeiro de 2013. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd176/o-deficiente-ao-longo-da-historia.htm>>. Acesso em: 20/05/2016.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. Disponível em: < <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAgt9cAB/pesquisa-educacao-abordagens-qualitativas#> >. Acesso em: 16/11/2016.

MARTINS, L. A. R. Reflexões sobre a formação de professores com vistas à educação inclusiva. In: MIRANDA, T.G.; GALVÃO FILHO, T.A. **O professor e a educação inclusiva: Formação, Práticas e Lugares**. Salvador (BA): 2012.

MAZZOTTA, M. J.S. **Educação especial no Brasil: História e políticas públicas**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MAZZOTTA, M. **Fundamentos da educação especial**. São Paulo: Pioneira, 1990.

PARO, Vitor Henrique. **Qualidade do ensino: a contribuição dos pais**. 3ª Ed. Xamã.2007.

PICANÇO, Ana Luísa Bibe. **A relação entre escola e família: As suas implicações no processo de ensino-aprendizagem**. 2012. 152 f. Relatório (Mestrado) – Supervisão Pedagógica, Escola Superior de Educação João de Deus, Lisboa, 2012. Disponível em <<http://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2264/1/AnaPicanco.pdf>>. Acesso em: 12/11/2016.

SANTOS, E. R. L.; SANTOS, F. R.; DE OLIVEIRA, T.C.B.C. Papel dos Pais no Processo de Inclusão Escolar e na Aprendizagem de Filhos com Necessidades Educacionais Especiais. **Revista Discentis**, 2ª ed, 2013.

SASSAKI, R. K. Como Chamar pessoas que tem deficiência? **Revista da Sociedade Brasileira de Ostomizados**, ano I, n. 1, 1º sem. 2003, p.8-11. Disponível em: <<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=1855>>. Acesso em: 28/05/2016.

SILVA, A. P. M. da; ARRUDA, A. L. M. M. O papel do Professor Diante da Inclusão Escolar. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**, v.5, nº 1, 2014.

TRIVIÑOS, A. N. da S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2008.